

Sumário

Agradecimentos	9
Lista de abreviaturas e siglas	11
Prefácio	13
Introdução	31
1. Direito e Relações Internacionais explicando um instituto jurídico; e o Direito Humanitário como um terceiro referencial.....	49
1.1. O contexto político e a evolução do Juspositivismo	52
1.2. “Vontade comum”: os positivistas nas Relações Internacionais	55
1.3. A Escola Inglesa como teoria para uma nova perspectiva	58
1.4. O Racionalismo e a via média: direito, valores e vontade	62
1.5. O Direito Internacional Humanitário, como referencial teórico específico, e o incremento metodológico usual nas ciências políticas e sociais para o estudo do instituto jurídico da responsabilidade de comando.....	66
2. Direito Internacional Humanitário ou Direito Internacional dos Conflitos Armados	83
2.1. O posicionamento dogmático da responsabilidade de comando e o Direito Internacional Humanitário como referencial teórico específico.....	85
2.2. Distinção, composição e conceito do Direito Internacional Humanitário	89
2.3. Princípios do Direito Internacional Humanitário	98
2.3.1. Princípio da humanidade (e a cláusula Martens)	98
2.3.2. Princípio da limitação	100
2.3.3. Princípio da distinção	103
2.3.4. Princípio da necessidade.....	108
2.3.5. Princípio da proporcionalidade	110

2.4. As fontes do Direito Internacional Humanitário.....	114
2.5. Os sujeitos do Direito Internacional Humanitário	116
2.5.1. Estados e suas forças armadas.....	117
2.5.2. Movimentos de libertação nacional	118
2.5.3. Grupos armados organizados	119
2.5.4. Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	128
2.5.5. Sujeitos (passivos) protegidos pelo DIH.....	130
2.5.5.1. Feridos, enfermos e náufragos.....	130
2.5.5.2. Prisioneiros de guerra (combatentes e agregados que a Convenção indica)	131
2.5.5.3. Pessoal de saúde e pessoal de assistência religiosa	132
2.5.5.4. População civil.....	133
2.6. <i>Mens rea</i> como conceito importante ao Direito Humanitário.....	136
3. Antecedentes da responsabilidade e julgamentos militares do pós-Guerra.....	141
3.1. Antecedentes remotos da responsabilização individual	144
3.2. Nuremberg: um início para a responsabilização individual	147
3.2.1. <i>Conspiracy e joint criminal enterprise</i>	156
3.2.2. Criminalidade coletiva ou responsabilidade de entes coletivos.....	159
3.2.3. Domínio por organização (domínio do fato)	161
3.3. Os julgamentos do Extremo Oriente e as suas contribuições	166
3.4. Principais pontos e contribuições deste capítulo	180
4. A responsabilidade de comando por atos de subordinados	183
4.1. A inovação do Protocolo Adicional de Genebra de 1977	187
4.2. O papel contributivo do Tribunal Penal para a Ex-Iugoslávia	192
4.3. A responsabilidade de comando e os casos-chave da Bósnia.....	201
4.3.1. O caso de Čelebić (Delalić, Mucić, Delić e Landžo)	202
4.3.1.1. Zejnil Delalić e sua absolvição	203
4.3.1.2. Zdravko Mucić, quanto à responsabilidade de comando	205
4.3.1.3. Hazim Delić, quanto à responsabilidade de comando	208

4.3.2. O caso Zlatko Aleksovski	210
4.3.3. Crimes cometidos no vale do Lašva e o caso Blaškić.....	216
4.3.4. O caso Dario Kordić e Mario Čerkez	221
4.4. Principais pontos e contribuições deste capítulo	228
5. A atual responsabilidade de comando no Estatuto de Roma	233
5.1. A responsabilidade atual: processo de positivação e normas.....	236
5.2. Uma perspectiva doutrinária após o Tratado de Roma.....	243
5.2.1. Relação superior-subordinado.....	244
5.2.2. Controle efetivo.....	246
5.2.3. Omissão	248
5.2.4. <i>Mens rea</i>	256
Quadro: Atividades Analisadas e Principais Evidências Coletadas.....	263
Considerações finais	275
Referências.....	291